



O Fracasso Escolar como política de privilégios e possibilidades para anseios neoliberais

Náide Rodrigues Oliveira Rosa de Souza

“O opressor é omissor e o sistema é cupim. E se eu não existo, por que cobras de mim?” - Criolo

O presente trabalho tem como objetivo promover uma reflexão histórico-crítica da formação da instituição escolar, apresentando como principal referencial teórico a obra “A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia” da autora Maria Helena de Souza Patto em diálogo com demais autoras a fim relacionar as origens da escola com as origens do fracasso escolar.

O texto fará breve contextualização histórica do modo de produção capitalista, relacionando o trabalho à necessidade de organização de uma instituição formadora, bem como os conceitos de liberalismo e neoliberalismo na educação, analisando seus efeitos na atualidade e como tais processos impactam e influenciam no fracasso escolar como uma construção estratégica aos interesses do capital.

Refletir a respeito do papel da escola na sociedade não é algo novo e tampouco algo de ser respondido de maneira objetiva e mecanicista. Ao longo dos anos a instituição escola é modificada e repensada conforme o projeto de sociedade organizado. As raízes da escola surgem como uma forma de qualificar a sociedade para a força de trabalho vigente. A partir da formação desta instituição, agentes externos contribuem com a formação da identidade e de seu papel social na formação dos sujeitos que atuarão no mundo. Tais sujeitos são organizados e qualificados a partir de suas óticas: do sucesso e do fracasso.

O sucesso dos estudantes surge como resposta aos incentivos, do controle dos corpos e do bom seguimento das regras e devolutiva aos métodos considerados ideais para uma homogeneidade de estudantes. Já o fracasso, passa a ser uma grande incógnita, em que inicialmente os estudantes que não atingem o padrão de homogeneidade, em oposição à natural heterogeneidade, são os responsáveis e tornam-se objetos de estudo. Laval (2019, p. 15) pontua que

As dificuldades enfrentadas pelo grande número de estabelecimentos escolares com forte apelo popular foram agravadas por fortes políticas liberais que acentuaram a marginalização das partes importantes da população e aprofundam as dificuldades que afetam de múltiplas formas o funcionamento da escola.

Essas políticas liberais citadas pelo autor, trazem reflexos da formação capitalista de sociedade, organizam a instituição escolar, sempre responsabilizando indivíduos, ora docentes ora estudantes, sem que haja olhar crítico a respeito do processo histórico de construção dessa marginalização. Patto (2022) em sua obra “A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebelia” retoma historicamente as possíveis origens do olhar sob os estudantes considerados “fracassados”. Para tanto, a autora inicia a discussão com a formação da sociedade capitalista pós Revolução Industrial. A sociedade se organiza em duas classes: burguesia e proletariado. A industrialização e urbanização tornam-se crescentes, além de concepções filosóficas da ciência e razão advindos do iluminismo e passam a organizar a concepção de ensino, tornando-se necessária para a qualificação das classes populares para o trabalho na economia capitalista.

O avanço da economia capitalista passa a gerar necessidades, descritas por Patto (2022) , Pereira, Felipe e França (2012,p.240) “ para uma mão de obra cada vez mais qualificada, gerando a necessidade de escolas. Assim, os debates sobre o ensino público ganham mais visibilidade, necessitando um sistema educacional que atenda aos interesses sociais deste período.” Compreender a educação e escolarização como resposta aos anseios do trabalho, possibilita relacionar essa carga histórica aos reflexos de uma escola atual que visa tais anseios.

A educação brasileira apresentou muitos reflexos das revoluções europeias em seu período republicano, tais como a Declaração dos Direitos do Homem, nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, repercutidos na constituição de 1824, a qual garantia ensino gratuito desde o primário para os cidadãos. Patto reforça que apesar de haver uma legislação com tais garantias, o foco durante a primeira república foi o ensino secundário e o superior, por serem consideradas de maior prestígio e atenderem a necessidade de trabalho da época.

A educação como uma resposta à necessidade do capital, é chamada por Laval (2019, p. 17) de educação neoliberal, o autor a define como um bem privado e econômico cujo valor é acima de tudo

econômico, para ele: “Não é a sociedade que garante o direito à cultura aos seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade.” A formação de um sujeito crítico e reflexivo torna-se algo da esfera privada, somente ligada à elite, aos mais pobres a educação é depositária e bancária, tal qual pontua Paulo Freire (1996).

Robertson (2007, p.16) difere o liberalismo do neoliberalismo de forma que o segundo termo seja “comprometido com a economia neoclássica, ou seja, reconhece que é necessário alguma intervenção do Estado para assegurar que a mão invisível do mercado de Adam Smith consiga funcionar.” Ou seja, os ideais de proteção da propriedade privada, liberdade do comércio (competitividade) são assegurados não pelas empresas somente, mas pelo Estado. Essa perspectiva de controle regulamentada por ele faz com que os interesses de mercado interfiram cada vez mais na esfera dos serviços públicos, tal qual como a educação escolar.

Cria-se, como estratégia de controle, uma série de mecanismos de verificação de aprendizagem que torna-se uma ferramenta de controle e um mecanismo para tentar responder, desde aos obsoletos testes de Q.I, as extensas e inúmeras avaliações externas de verificação de aprendizagem, e como uma alternativa para a responsabilização do fracasso. O discurso oculto da escola de marginalização de classes mais pobres e condenações dos não homogeneizados, resvala na formação precarizada do profissional da educação, ora como agente de opressão, ora como oprimido.

Os dispositivos de controle são definidos por Vieira, Hypólito e Duarte (2009, p. 225) como uma conjunto de “ações (discursos) que interferem na disposição das relações sociais, prescrevendo, ordenando, normalizando as formas e os conteúdos de como essas relações devem ocorrer, ou serem estabelecidas e/ou mantidas.” Portanto, esses dispositivos atuam como norma de intervenção de poder em instituições, assim como protegê-las, desagregando grupos como impeditivo de uma ação desviante ou questionadora. Ao relacionarmos a organização escolar atual, em que os sucessos e fracassos de estudantes, corpo docente, gestão e instituição estão atrelados a avaliações internas e externas padronizadas, compreende-se que elas são mecanismos de controle e em vez de atuarem como um instrumento de verificação, torna-se o objetivo escolar, engessando o trabalho do educador e padroniza os estudantes.

As singularidades e heterogeneidades são enlutadas e os estudantes são programados a um modelo educacional inalcançável, condicionando-os aos resultados esperados por uma estrutura estatal de lógica neoliberal que programa tais fracassos, esses que geram estatísticas negativas. Essas estatísticas escancaram uma falha, a qual é justificada por necessidade de investimentos externos

aos governamentais, abrindo caminhos à investimentos de esfera privada que tornam a educação um mercado promissor. Em vista disso:

Tais agentes lograram produzir uma imagem de si próprios como voluntários auto-organizados que “militam” pela qualidade da educação dos pobres, de modo que, apesar de subordinarem a educação a um processo que dura quase três décadas, não arcam com os ônus da responsabilidade pela precariedade de boa parte das escolas, pelas condições de trabalho docente ou pelos péssimos resultados das avaliações de desempenho que, não obstante, eles mesmos impuseram como mecanismo de gestão e de “produção de evidências”. (CATINI, 2021,p. 92)

Esses agentes que financiam as lacunas educacionais, dificilmente são responsabilizados pelas falhas de suas práticas e resultados negativos, recaindo sempre aos que são vítimas desse processo predatório: estudantes e professores. Diante das cobranças, os educadores aderem a práticas mecanicistas e violentas no processo de ensino-aprendizagem, que acarreta em um afastamento da escola que acaba tornando-se uma ferramenta repressora e de docilização dos corpos e conhecimentos perpetuando ciclos de opressão.

Em conclusão, Patto desenvolve um profundo estudo psicológico em busca de uma reflexão crítica e sensível a respeito do que é considerado o fracasso escolar. Em contrapartida, ao relacionarmos os agentes externos à escola que interferem nas práticas internas, percebe-se comportamentos sintomáticos a um sistema capitalista com tendências neoliberais infiltradas ao âmbito educacional, que tornou-se uma fonte de renda lucrativa na esfera privada. Os estudantes que não atingem as expectativas mercadológicas, tratados como fracassados, são sujeitos que expressam uma resposta rebelde à imposição, ecoando vozes revolucionárias perante o ensino depositário e homogeneizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATINI, Carolina de Roig. A Educação Bancária, “com Itaú de Vantagens”. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996

LAVAL, Christian. *A Escola não é uma Empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo, São Paulo, 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PEREIRA, Lilian Alves; FELIPE, Delton Apdo.; FRANÇA, Fabiane Freire. Origem da Escola Pública Brasileira: A formação do novo homem. Revista HISTEDBR, Campinas, 2019.

ROBERTSON, Susan Lee. “Reconstruir o Mundo”: Neoliberalismo, a Transformação da Educação e da profissão (do) professor. Revista Lusófona de Educação, 2007.

VIEIRA, Jarbas Santos ; HYPÓLITO, Álvaro Moreira; DUARTE, Bárbara Gonçalves Vaz. Controle através da tradição: dispositivos de regulação conservadora, currículo e trabalho docentes. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 29., 2006, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ANPEd, 2006.

Autora:

Náide Rodrigues Oliveira Rosa de Souza

Graduada pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral no curso de Licenciatura em Linguagem e Comunicação. (2020). Atualmente é licencianda em Pedagogia pelo Instituto Federal de São Paulo - Campus Registro.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2802464729821867>